



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG
COORDENADORIA DE ENSINO
COORDENAÇÃO DE ENSINO PRESENCIAL E DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

RICARDO MARTINS VINHADELLI

**USO DE DRONES PELA AGÊNCIA REGIONAL DE INTELIGÊNCIA (ARI) PARA
APOIO TÁTICO-OPERACIONAL AO 1º COMANDO REGIONAL DA POLÍCIA
MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS (1º CRPM), EM 2025**

GOIÂNIA-GO

2025



RICARDO MARTINS VINHADELLI

**USO DE DRONES PELA AGÊNCIA REGIONAL DE INTELIGÊNCIA (ARI) PARA
APOIO TÁTICO-OPERACIONAL AO 1º COMANDO REGIONAL DA POLÍCIA
MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS (1º CRPM), EM 2025**

Artigo Científico apresentado como exigência parcial para conclusão da disciplina Metodologia Científica do Curso Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública (CEGESP) pela Secretaria de Segurança Pública de Goiás e a Universidade do Estado de Goiás, sob a orientação do Prof. Me. Kassio Michel Pires de Sena.

GOIÂNIA-GO

2025



USO DE DRONES PELA AGÊNCIA REGIONAL DE INTELIGÊNCIA (ARI) PARA APOIO TÁTICO-OPERACIONAL AO 1º COMANDO REGIONAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS (1º CRPM), EM 2025

USE OF DRONES BY THE REGIONAL INTELLIGENCE AGENCY (ARI) FOR TACTICAL-OPERATIONAL SUPPORT TO THE 1ST REGIONAL COMMAND OF THE MILITARY POLICE OF THE STATE OF GOIÁS (1ST CRPM), IN 2025

Ricardo Martins Vinhadelli¹
Kassio Michel Pires de Sena²

Resumo: Este estudo analisou a aplicação do uso de drones pela Agência Regional de Inteligência (ARI) como recurso de apoio tático-operacional ao 1º Comando Regional da Polícia Militar do Estado de Goiás (1º CRPM), no ano de 2025. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, fundamentando-se em revisão bibliográfica, análise documental e aplicação de questionário semiestruturado a operadores da ARI e comandantes do 1º CRPM. O objetivo foi compreender a percepção dos profissionais sobre a eficácia do uso de veículos aéreos não tripulados (VANTs), bem como identificar benefícios, limitações e desafios institucionais e legais relacionados à sua implementação. Os resultados revelam que a maioria dos entrevistados reconhece os drones como ferramentas eficazes na ampliação do monitoramento, na antecipação de riscos e na redução da exposição dos agentes em operações críticas. A pesquisa conclui que, apesar dos desafios, há forte aceitação institucional da tecnologia e potencial promissor para sua consolidação como instrumento estratégico na segurança pública, desde que acompanhada de investimentos em treinamento, regulamentação adequada e integração com outras ferramentas de inteligência.

Palavras-chave: Drone; Tecnologia; Monitoramento; Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO).

Abstract: This study analyzed the use of drones by the Regional Intelligence Agency (ARI) as a tactical-operational support resource for the 1st Regional Command of the Military Police of the State of Goiás (1st CRPM) in 2025. The research adopted a qualitative, exploratory and descriptive approach, based on a bibliographic review, document analysis and application of a semi-structured questionnaire to ARI operators and commanders of the 1st CRPM. The objective was to understand the professionals' perception of the effectiveness of the use of unmanned aerial vehicles (UAVs), as well as to identify benefits, limitations and institutional and legal challenges related to their implementation. The results reveal that most of the interviewees recognize drones as effective tools for expanding monitoring, anticipating risks and reducing the exposure of agents in critical operations. The research concludes that, despite the challenges, there is strong institutional acceptance of the technology and promising potential for its consolidation as a strategic instrument in public security, as long as it is accompanied by investments in training, adequate regulation and integration with other intelligence tools.

¹ Bacharel em Direito pela Faculdade Sul-Americana – Cap. Vinhadelli da PMGO. Especializando em Gerenciamento em Segurança Pública (SSP-GO/UEG) – Edição 2025. E-mail: ricardomvinhadelli@gmail.com.

² Graduação em Direito e graduação em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Goiás (2005) e Faculdades Objetivo (2004). Pós-graduação em Direito Penal Militar pela Faculdade Mauá de Brasília (2011). Pós-graduação MBA em Inteligência Competitiva e Segurança Pública (2019). Mestrado Em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública (2016). Orientador do Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública (SSP-GO/UEG).



Keywords: Drone; Technology; Monitoring; Military Police of the State of Goiás (PMGO).

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço tecnológico surgiu também a necessidade do uso de novas ferramentas para otimizar as operações de comunicação voltadas à Gestão Pública de Segurança. Entre essas tecnologias surgiram os veículos aéreos não tripuláveis (VANT), conhecidos como drones. A utilização desses equipamentos visa aprimorar a eficiência das operações, pois, fornece imagens em tempo real, monitoramento de áreas que tem difícil acesso e ainda uma maior precisão na tomada de decisões. Conforme a ANAC (2024, p. 2), “o termo drone é utilizado popularmente para descrever qualquer aeronave não tripulada e remotamente pilotada”.

Em situações de risco como acidentes, salvamentos perigosos essas ferramentas podem ser consideradas um apoio complementar para facilitar as operações policiais e resguardar a segurança dos agentes envolvidos na ação e dos civis presentes no local. Na segurança pública a atuação desses equipamentos podem ser para mapear áreas irregulares e extensas, locais de difícil acesso e perigosos, auxílio nas rotas de fuga, acidentes, pontos de risco onde os agentes não conseguem chegar como encostas, barrancos, áreas alagadas ou áreas distantes (ANAC, 2024).

Considerando esse cenário, formula-se a seguinte indagação: **Como o uso de drones pode otimizar as operações da Agência Regional de Inteligência como apoio tático-operacional sem comprometer a legalidade, privacidade e a eficácia das atividades de segurança pública?** Dessa forma foi analisado o impacto do uso dos drones nessas operações e levou em consideração os benefícios e os desafios na sua implantação.

O objetivo principal desta pesquisa foi analisar de que forma a Agência Regional de Inteligência (ARI) da Capital pode utilizar Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT's) como recurso de apoio tático-operacional às ações de monitoramento e inteligência do 1º Comando Regional da Polícia Militar do Estado de Goiás (1º CRPM), contribuindo para a otimização da gestão do efetivo, a antecipação de riscos e a eficácia nas operações policiais.

E como objetivos específicos investigar o atual estágio de utilização dos VANT's nas operações conduzidas pela ARI da Capital, examinar a legislação vigente, regulamentações técnicas e limitações legais relacionadas ao uso de drones por instituições de segurança pública, identificar os principais entraves operacionais e estruturais enfrentados na implementação dos VANT's nas ações da ARI do 1º CRPM, avaliar os impactos do uso de drones na geração de conhecimento tático e na tomada de decisão durante operações de policiamento e apontar boas



práticas e perspectivas para a consolidação do uso dos VANTs no âmbito da Agência Regional de Inteligência.

Portanto, o 1º CRPM é responsável pelo comando operacional da grande Goiânia, coordenando diversos batalhões em ações de policiamento ostensivo e combate ao crime. A Agência Regional de Inteligência (ARI) da Capital desempenha um papel essencial na produção de conhecimento estratégico, fornecendo dados e informações para embasar as decisões do comando e das unidades operacionais. Essa pesquisa revela-se importante por abordar formas e estratégias que podem ser utilizadas para melhorar a prevenção de delitos e ações contra a criminalidade.

De igual modo, os drones podem ser importantes ferramentas aliadas no processo de modernização da atuação policial no monitoramento, apoio às emergências e auxílio tático. O uso de drone pode realizar um monitoramento de um local em pouco tempo e com baixo custo em relação à aeronave tripulada, sendo a rapidez e a agilidade um ponto de estratégia importante.

Os dados coletados foram examinados com base em uma abordagem de caráter exploratório e descritivo, revisão bibliográfica e análise documental (Gil, 2002). E com a aplicação do questionário semiestruturado, aos operadores de inteligência da ARI e comandantes do 1º CRPM, que foi enviado via aplicativo de mensagem pelo link do Google Forms.

O artigo está estruturado em seções que abordam: a revisão de literatura sobre o uso e a importância dos drones na segurança pública e sua aplicação tático-operacional, os aspectos legais e técnicos envolvidos. Em seguida pela metodologia empregada na pesquisa, e a análise dos resultados obtidos por meio do questionário aplicado e da revisão de literatura e, por fim, as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O uso de drones na segurança pública

2.1.1 Conceitos e definições de drones

Com a evolução tecnológica proporcionou avanços na segurança pública, devido às implantações de inovações que permitem otimizar e aprimorar operações policiais. Diante deste cenário, a utilização de Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPA), popularmente chamadas de



drones, se destaca como ferramenta promissora principalmente para as ARI's. Esse equipamento representa uma solução tecnológica eficiente, capaz de fornecer maior alcance de monitoramento vantagens que podem ser aplicadas em missões complexas e com alto risco, assim proporciona uma visão detalhada, muito mais abrangente e com resposta rápida (Dos Passos; Kovalski, 2024).

Ainda, segundo Dos Passos e Kovalski (2024) o termo drone é originado dos Estados Unidos da América (EUA), no qual sua tradução em inglês refere-se a “zangão” ou “zumbido” que remete ao som característico que esses aparelhos produzem ao voar. O termo tornou-se popular e bastante utilizado para descrever qualquer veículo aéreo não tripulado independente de modelo ou finalidade.

E os RPA's são ferramentas poderosas para serem usadas no monitoramento de áreas amplas e de difícil acesso, são equipadas com sensores térmicos e câmeras de alta resolução, que permitem detectar atividades suspeitas e identificação de infratores isso feito de forma remota sem colocar os agentes em situação de maior risco (Dos Passos; Kovalski, 2024).

Conforme Souza e Henkes (2023) o uso de drones pode ser considerado um avanço tecnológico devido sua versatilidade e significativas possibilidades, pois, sua finalidade integrada aos demais processos podem atingir um novo patamar de eficiência na segurança pública. Eles não apenas revolucionam os serviços prestados pela polícia, mas, abrem novos caminhos para a utilização de inovações que ao longo do tempo continuarão a aprimorar a capacidade operacional desse setor. Inicialmente os RPA's surgiram como ferramentas recreativas, posteriormente para atividades comerciais e agora também em outras funções como ferramenta estratégica para auxílio nas operações policiais.

2.2 A inteligência policial e o uso de drones

Quando se fala em inovação, inúmeras hipóteses e questões são levantadas em torno do conceito, isso não se restringe apenas à análise de novas ideias. A inovação pode ser uma ferramenta primordial que se busca mudança através de algo para diferenciar, agregar valor e obter crescimento. Vivemos em uma sociedade que atualmente a tecnologia está integrada ao modo de vida da grande maioria, como na engenharia, cibernética, automação, eletrônicos e muitas outras áreas (Leite *et al.*, 2024). Portanto a necessidade de refletir e analisar sobre de como o uso de tecnologias podem impactar, nesse caso aplicado à Agência Regional de Inteligência.



Segundo De Faria e Costa (2015) enfatiza que “a tecnologia é o conjunto de conhecimentos científicos ou empíricos diretamente aplicáveis à produção, melhoria de bens ou serviços e que está associado a impactos socioeconômicos”. Dessa forma é necessário entender que a tecnologia é uma ferramenta essencial capaz de alterar o ambiente organizacional e mostra o impacto que sucederá nas atividades deste.

2.2.1 Conceitos e importância do uso de tecnologias

O desenvolvimento tecnológico dentro das organizações sempre foi um dos principais fatores que alavancou o progresso, assim, toda organização depende de tecnologia para exercer suas atividades de maneira efetiva (Silva; Silva, 2019). A intensa e crescente competitividade corporativa e social faz com que assuntos sobre inovações sejam amplamente discutidos, pois, órgãos públicos, corporações, entidades privadas, centros de pesquisas são responsáveis pela introdução ou aperfeiçoamento de tarefas e execuções que resulte em novos produtos, serviços ou processos.

Nas organizações públicas a necessidade de inovar vem também da necessidade de solucionar problemas sociais, de forma a aproveitar os recursos que possuem e estão cada vez mais escassos (Silva; Silva, 2019).

Diante disso, os agentes policiais podem ser considerados verdadeiros gestores da inovação dentro da organização, estes deverão estar focados na evolução da corporação e seguir na busca de novas ferramentas para que rompa alguns paradigmas de que organizações militares são resistentes às mudanças.

2.2.2 As Agências Regionais de Inteligência (ARI) e suas atribuições

A atividade de inteligência policial militar conforme Art. 1º, Cap. I, da Portaria Nº 0720/2017/SSPAP afirma que são ações especializadas voltadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças à segurança pública, uma vez que esses dispositivos visam prevenir e neutralizar atos ilícitos e quaisquer tipos de riscos que possam comprometer a ordem pública. As Agências Regionais de Inteligência (ARI) é um órgão que faz parte do Sistema de Inteligência Militar (SIPOM), conforme Art. 4º, Parágrafo II da Portaria Nº 0720/2017/SSPAP.

A Portaria 0720/2017/SSPAP (Art. 9º) dispõe sobre as competências inerentes às Agências Regionais de Inteligência no qual são:

- a) Produzir conhecimento para auxílio nas tomadas de decisão;



- b) Formular diretrizes e acompanhar o cumprimento das determinações;
- c) Analisar, difundir e arquivar documentos de inteligência;
- d) Coordenar e orientar agências que são subordinadas.

O 1º Comando Regional da Polícia Militar de Goiânia – GO (1º CRPM) é composto pelo 6º Batalhão de Polícia Militar - BPM (St. Marista), 7º BPM (Jd. Europa), 9º BPM (St. Goiânia II), 13º BPM (Jd. Liberdade), 30º BPM (St. Senador Paranhos), 31º BPM (Pq. Atheneu), 38º BPM (St. Central), 42º BPM (Pq. Oeste Industrial), COPOM (Setor Aeroviário), BPM ESCOLAR (St. Vila Nova), BPM TRÂNSITO (St. Santa Genoveva), BPM TERMINAL (Vila Abajá), BPM MARIA DA PENHA (St. Coimbra), ROTAM (St. Alphaville) e GIRO (St. Pedro Ludovico).

Conforme prevê a Inteligência e Contraineligência da Polícia Militar sua principal missão é desenvolver atividades especializadas, de forma sistêmica para acompanhar riscos e ameaças à segurança e ordem pública.

2.2.3 A tecnologia na Segurança Pública

O conhecimento de inteligência, produzido pela Agência de Inteligência pode contribuir nas tomadas de decisões para a compreensão das peculiaridades na Região abrangente do 1º BPM, dessa forma é possível sugerir e cumprir ações apropriadas no controle e acompanhamento dos atos ilícitos (De Faria; Costa, 2015). Essas atividades estão diretamente relacionadas à prevenção, antecipação e assessoria que são fundamentais para o desenvolvimento da repressão da criminalidade, para tanto, as ferramentas tecnológicas são primordiais, pois, são consideradas como apoio às operações.

Para Silva e Silva (2019), o Sistema de Informação (SI) pode ser compreendido como um conjunto estruturado de componentes interdependentes, cuja finalidade é viabilizar a coleta, o processamento, o armazenamento e a distribuição de dados e informações de forma organizada. O avanço social e econômico com o surgimento das tecnologias de comunicação e de informação permitiu por exemplo encurtar distâncias e facilitou a troca de experiências. A adoção de qualquer instrumento ou ferramenta tecnológica pode colaborar e impactar diretamente ou indiretamente nas operações da Polícia Militar.



2.3 O uso de drones pela agência regional de inteligência no 1º CRPM

O uso dos drones nas atividades de inteligência e nas operações policiais pode ser considerado como inovação tecnológica e traz grandes impactos de forma significativa na segurança pública. Assim, poderá agregar valor ao trabalho da ARI, principalmente por permitir a coleta de dados em tempo real de forma precisa e que favorecerá nos processos de tomadas de decisões. Os drones podem ser considerados como ferramentas inovadoras, com o surgimento e adoção de tecnologias ao longo dos tempos, gerou uma necessidade de mudança e adaptação à nova realidade. Seu uso pode ser considerado como um recurso tático-operacional para Polícia Militar, no qual possibilita além da vigilância, realiza a coleta de dados e apoio tático-operacional sem necessidade de expor o agente diretamente ao risco.

Com a crescente demanda por inteligência em tempo real e recursos limitados, o uso de drones surge como uma solução tecnológica estratégica, no qual permite o monitoramento aéreo em tempo real, fornecendo informações detalhadas para o 1º CRPM e seus batalhões subordinados (Souza; Henkes, 2023). E a antecipação de cenários de risco, permitindo planejamento preventivo das operações. Além da otimização do emprego do efetivo, reduzindo deslocamentos desnecessários e direcionando viaturas e equipes com base em dados coletados. E a redução de riscos para os policiais, permitindo a identificação prévia de ameaças em operações críticas.

A cada ocorrência policial sugere-se um ou mais equipamentos, ele serve como suporte e apoio para captação de imagens e trabalho de verificação e varredura para apurar possíveis perigos e riscos, enquanto os aviões e helicópteros tem funções também imprescindíveis para realizar intervenções, transporte de carga e passageiros.

Conforme De Faria e Costa (2015), os instrumentos de intervenções usados pelos órgãos públicos têm o objetivo promover a ordem e segurança pública, com a crescente criminalidade acredita-se que a interligação dessas informações e compartilhamento de dados entre esses órgãos será possível enfrentar e combater esses crimes com mais eficácia. Com a facilidade de acesso a algumas ferramentas e funcionalidades, considerando a grande oferta nos mais variados meios o uso de tecnologias pode ser considerado uma grande evolução para prestar um serviço de melhor qualidade e em resposta aos crimes, riscos e outras ameaças.



2.3.1 Normas e regulamentações para o uso de drones em operações policiais

A utilização de drones pela segurança pública está sujeita a regulamentações específicas com intuito de assegurar a segurança do espaço aéreo, a integridade das operações e a privacidade das pessoas. Todo drone é uma aeronave que é controlada remotamente, porém, está subordinado às normas que regulam o uso do espaço aéreo brasileiro, as quais determinam se sua operação será destinada a fins recreativos ou profissionais (Dos Passos; Kovalski, 2024).

Esses equipamentos passaram a ser indicados para o uso pelas forças policiais visto algumas recentes necessidades no atual cenário. Dessa forma, podem garantir maior segurança aos agentes nas operações policiais. E para que o uso desses equipamentos não se torne uma complicação a mais, através de agentes reguladores foram desenvolvidas normatizações capazes de auxiliar sua utilização legal, conforme Souza e Henkes (2023), as restrições quanto à altitude e ao alcance de operação dos drones existem com o intuito de resguardar direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal de 1988, tais como a privacidade, a intimidade, a honra, o sigilo e a integridade física dos indivíduos.

O espaço aéreo é uma área pública, sendo assim todo e qualquer equipamento que acesse esse espaço deverá atender as normas vigentes, portanto é preciso regulamentar o uso dos drones. Conforme MODELISMO BH (2021) afirma que a RBAC nº 94/2017 da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) regulamenta que para os drones acima de 250g é obrigatório o cadastro do mesmo, tanto para uso recreativo quanto para uso profissional.

Conforme DECEA 2024, a AIC – Circular de Informações Aeronáuticas - N 21/10 – Veículos Aéreos não tripulados, informa sobre a legislação e regulamentação do uso de drones no Brasil bem como a portaria DAC nº 207, que estabelece as normas para operação de aeromodelismo. Dessa forma o uso de drones pela Polícia é regulamentado pela Lei nº 13.690/2018 e pelo projeto de Lei nº 3.611/2021.

Além das instruções e normas, existem também diretrizes complementares aos quais exigem cadastramento e autorização para o voo, além, de levar em consideração a LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados, devido à coleta de imagens e informações de terceiros bem como o direito à intimidade e privacidade garantidas pela Constituição Federal.

2.3.2 Desafios e limitações do uso de drones como estratégia tático-operacional

Apesar do crescente potencial do uso de drones nas operações de segurança para fortalecer essas atividades de segurança e inteligência, a sua implantação enfrenta grandes



desafios. Entre esses a necessidade de regulamentação específica, adaptação e treinamento dos agentes, limitações operacionais, preocupações relacionadas à privacidade e a ética desses equipamentos podem ser um obstáculo.

De acordo com Lopes (2021), há uma ampla variedade de tecnologias que podem ser incorporadas aos drones, o que amplia significativamente suas funcionalidades e potencializa suas capacidades operacionais. Isso demonstra o emergente potencial do uso desses equipamentos e afirma que esses recursos avançados se tornam ferramentas fundamentais e essenciais, oferecendo assim soluções mais eficientes.

Conforme De Faria e Costa (2015) a criminalidade está em crescente evolução, então há a necessidade de organismos policiais buscarem alternativas para combater esses danos, com modelos diferenciados, aplicação de experiências inovadoras para que se alcance resultados efetivos. Alguns fatores podem ser considerados como inibidores da implantação de inovação, como os riscos, estrutura mais conservadora, burocracias e cultura organizacional.

Diante disso, os agentes policiais podem ser considerados verdadeiros gestores da inovação dentro da organização, estes deverão estar focados na evolução da corporação e seguir na busca de novas ferramentas para que rompa alguns paradigmas de que organizações militares são resistentes às mudanças (De Faria; Costa, 2015).

A integração dos drones nessas operações representa uma evolução, pois, oferece potencialidades ainda não exploradas, apesar dessa tecnologia trazer muitos benefícios, essa transição ainda enfrenta grandes desafios, conforme De Moraes *et al.* (2024) dentre eles destacam-se:

- *Limitações técnicas:* está relacionado com as questões operacionais, as interferências de sinal, condições climáticas, alcance, capacidade da bateria, autonomia de voo e outros.
- *Capacitação:* os operadores deverão estar bem treinados tanto para pilotagem quanto para interpretação dos dados.
- *Custos:* o alto valor para aquisição e manutenções pode ser um grande problema em alguns casos e isso pode restringir o seu uso em algumas unidades.
- *Legislação:* questões legais relacionadas à privacidade pelo uso indevido de imagem pode ser um grande desafio a ser enfrentado.
- *Integração:* a falta de integração entre as unidades pode ser um entrave, pois, é necessária essa comunicação entre o centro de inteligência e as equipes em campo.



À medida que os drones ganham espaço e são considerados como ferramentas essenciais compreende-se a necessidade de enfrentar esses obstáculos e desafios, pois, a sua utilização pode tornar as operações mais eficientes.

2.3.3 Perspectivas após o uso dessas tecnologias

O desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) foi inserida na sociedade através de aparelhos de telefones (Smartphones e outros), conexão de dados com alcance de longa distância, portais eletrônicos, acessos on-line e muitos outros meios disponíveis (Silva; Silva, 2019). O uso dessas tecnologias na gestão pública limita-se e surgem obstáculos como processos burocráticos e a legislação vigente.

Algumas ações adotadas pelos órgãos públicos estima-se a superação de modelos organizacionais de ação policial repressivo e reativo para um outro modelo voltado para a utilização de informações obtidas através de sistemas de inteligência. Segundo Ferreira (2020) a informação se torna um elemento central na formulação de estratégias de ações, através de implantação de melhoria na capacidade técnica dos agentes e dessa forma contribuir para a redução da criminalidade.

As perspectivas após o uso dessas tecnologias são bem promissoras, a tendência é que os drones se tornem parte essencial nas operações tático-operacionais da Polícia Militar especificamente no 1º CRPM no qual favorecerá para uma atuação mais inteligente, efetiva, preventiva e proativa. A integração desses equipamentos com outras tecnologias como mapeamentos, inteligência artificial e até mesmo reconhecimento facial poderá ampliar consideravelmente a eficácia das atividades executadas pela PMGO (Leite *et al.*, 2024).

Além disso, a experiência adquirida pelas práticas da ARI, os drones servirão de complemento e permitirá o cumprimento de novos protocolos que poderão servir de modelo para outras unidades policiais. Nesse contexto percebe-se também um potencial promissor desenvolvimento de parcerias com diversas instituições de pesquisa e ensino para aperfeiçoamento de técnicas de operação dos equipamentos e melhorias para torná-los mais adequados para à realidade (Silva; Silva, 2019).

Portanto, com atendimento à legislação, o aperfeiçoamento das normas e instruções, a utilização dos drones pela ARI poderá ser um marco muito importante na atuação da Polícia Militar de Goiás, pois, atuará na segurança pública de forma mais eficiente, estratégica, tática e que atendam às necessidades. Assim, observa-se diversas perspectivas positivas para o futuro,



não apenas para as operações táticas, mas, também para a mudança na estrutura organizacional bem como sua relação com a sociedade.

Sendo a principal delas, a integração e expansão do uso de tecnologias, pois o armazenamento de dados captados pelos drones ou outra ferramenta complementar, poderá proporcionar análises mais aprofundadas do local, será possível identificar e criar padrões e até mesmo interceptar e antecipar ocorrências criminais. Dessa forma atenderá as necessidades de forma mais minuciosa com menor exposição dos policiais e com maior eficácia nas abordagens.

Nesse ponto de vista o uso de tecnologias bem aplicadas impulsiona a modernização da PMGO, em sua estrutura e comando, tais avanços favorecem e contribuem na transparência das ações e aumenta a confiança da população em relação as instituições de segurança. Embora o investimento inicial seja alto, como aquisição de equipamentos e capacitação do efetivo, sua aplicação poderá reduzir custos a longo prazo, pois, reduzirá o tempo na resolução de ocorrências, evitando assim perdas materiais e humanas.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi de natureza qualitativa, com abordagem exploratória e descritiva, conforme Fantinato (2015). Foram utilizadas técnicas de revisão bibliográfica e análise documental (Gil, 2002), com base em autores que discutem o uso de tecnologia na segurança pública. Além disso, foi aplicado um questionário semiestruturado a operadores de inteligência da ARI e comandantes do 1º CRPM, com o objetivo de identificar percepções, práticas e desafios relacionados ao uso de drones. Os dados coletados foram organizados em categorias temáticas e analisados com base em técnicas de análise de conteúdo, conforme Bardin (2016).

Para a coleta de dados, foi realizado levantamento por meio de questionário estruturado por treze questões fechadas de múltipla escolha e uma questão aberta com a finalidade de obter informações sobre o grau de conhecimento, percepção e experiência dos agentes de segurança pública quanto ao uso, regulamentação e aplicabilidade dos drones em operações policiais. Foi aplicado por meio digital através do Google *Forms* de forma anônima, para garantir o sigilo das respostas nos quais serão utilizados apenas para fins científicos.

Os entrevistados foram profissionais atuantes na Polícia Militar do Estado de Goiás vinculados ao 1º Comando Regional, incluindo membros da ARI e demais setores operacionais que mantêm contato com o uso de tecnologias no serviço policial. A amostragem foi feita selecionando-se os participantes com base na acessibilidade e disponibilidade, foram obtidas

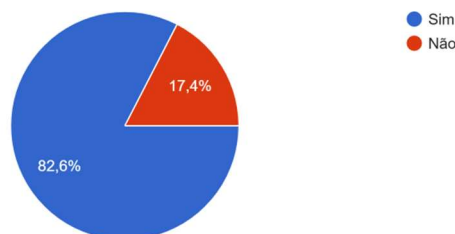
109 respostas válidas. Os dados foram analisados e tratados por meio de estatística, com uso de percentuais e gráficos para melhor visualização dos resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste estudo foi aplicada uma pesquisa com questionário para avaliar a percepção e o nível de conhecimento dos profissionais envolvidos sobre o uso de drones pela Agência Regional de Inteligência (ARI) no apoio tático-operacional ao 1º Comando Regional da Polícia Militar do Estado de Goiás em 2025.

Dos participantes da pesquisa, 82,6% afirmaram estar ciente da legislação que regula o uso de drones, enquanto 17,4% disseram desconhecer tal legislação (gráfico 1). Isso revela um índice elevado de pessoas com familiaridade ao uso dos drones o que se considera muito relevante devido ao uso de tecnologia alinhado aos princípios da legalidade, conforme ressaltam Souza e Henkes (2023) ao abordarem a importância do uso regulado desses equipamentos no espaço aéreo.

Gráfico 01: Conhecimento da existência de legislação sobre aeronaves remotamente pilotadas (drones).

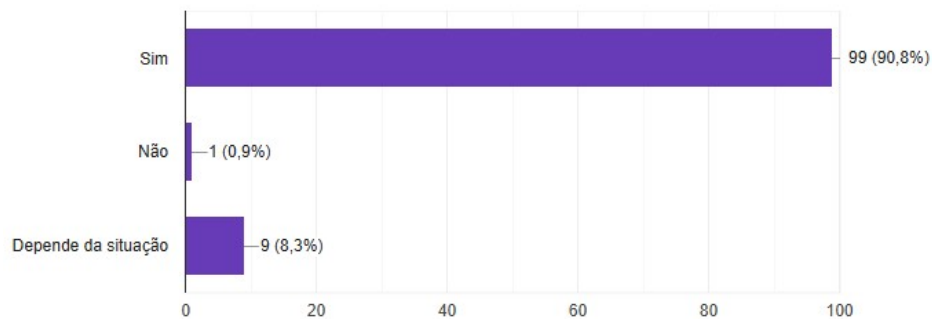


Fonte: Google Formulários (Questionário 4). Elaborado pelo Autor.

Desse total de respostas 89% dos entrevistados já teve algum tipo de experiência direta ou indireta com o uso de drones, enquanto 58,7 %, ou seja, 64 pessoas desse nicho não teriam habilidades e segurança para operar esses equipamentos. Observa-se, com isso, que o contato com a tecnologia e a real capacidade operacional ainda não estão alinhados, portanto, justifica-se a capacitação técnica e específica, como defendem De Moraes *et al.* (2024). O investimento em formação especializada combinada com legislação, pode elevar o nível de confiança dos operadores, reduzir riscos e ampliar a eficácia das operações com base em inteligência tecnológica.

Em relação à percepção sobre a redução de riscos operacionais com o uso de drones, os entrevistados acreditam que o uso de drones pode reduzir os riscos enfrentados pelos policiais durante operações, sendo que 90,8% responderam afirmativamente, enquanto 0,9% discordaram e 8,3% afirmaram que isso depende da situação específica. Esse resultado evidencia uma forte percepção positiva quanto ao potencial dos drones como ferramentas de apoio estratégico nas atividades de segurança pública, o que está de acordo com as conclusões de Leite *et al.* (2024) sobre o papel dos VANTs na antecipação de riscos e melhoria da capacidade de resposta. Conforme demonstra no gráfico a seguir:

Gráfico 02: Percepções sobre a redução de riscos operacionais com o uso de drones



Fonte: Google Formulários (Questionário 09). Elaborado pelo Autor.

O alto índice de respostas afirmativas demonstra a consciência coletiva dentro da corporação sobre o valor positivo tático do uso de drones, essa percepção está relacionada com tendências modernas de policiamento tecnológico, que priorizam o uso de recursos automatizados para preservação da integridade física dos agentes (Silva; Silva, 2019). Isso permite a capacidade de antecipação e reconhecimento de riscos, os drones permitem observar áreas de risco, possíveis emboscadas ou movimentos suspeitos sem exposição direta dos agentes. O monitoramento é feito em tempo real com redução de contato físico com alvos, perseguições, abordagens o que tornam-se mais seguras quando o drone realiza parte da tarefa de reconhecimento.

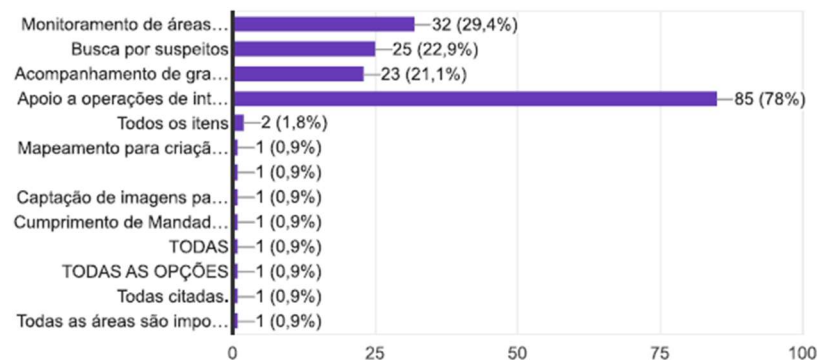
As respostas que declararam depender da situação específica, cerca de 8,3% têm uma visão cautelosa, o que também é relevante, pois, reflete o entendimento de que o uso inadequado ou limitado dos drones pode não ser suficiente para garantir segurança, principalmente em ambientes com obstáculos físicos, interferências tecnológicas ou operações sigilosas (Lopes, 2021). As respostas negativas, consideram-se estatisticamente irrelevantes, mas, podem trazer experiências negativas anteriores ou desconhecimento sobre o assunto.

Em relação à eficácia do uso de drones nas operações policiais 71,6 % dos entrevistados acreditam que é muito eficaz e que podem trazer muitos benefícios, essa ampla percepção positiva quanto aos impactos dessa tecnologia é bastante relevante, pois, demonstra que mesmo diante dos obstáculos ainda existentes, como limitações e capacitação técnica os drones são vistos como ferramentas importantes para apoio tático-operacional (Dos Passos; Kovalski, 2024).

Sendo que os 28,4% restantes possivelmente varia entre o contexto e realidade vivenciada na sua função, isso é esperado considerando que tecnologias ainda em fase de adaptação e ampliação pode trazer alguns questionamentos, como identificado por Ferreira (2020).

As operações policiais podem ser das mais variadas formas e atendimento a vários setores, 78% dos entrevistados afirmaram que no apoio às operações de inteligência é mais vantajoso o uso de drones, os demais consideraram que o monitoramento de áreas de risco, busca por suspeitos, acompanhamento de grandes eventos como operações que possam ser mais vantajoso o uso (Leite *et. al.*, 2024), conforme demonstra o gráfico.

Gráfico 03: Tipos de operações em que o uso de drones se mostra mais vantajoso.



Fonte: Google Formulários (Questionário 07). Elaborado pelo Autor.

O uso dos drones pode ser considerado vantajoso em vários aspectos, mas, 65,1% dos entrevistados acreditam que o treinamento de operadores é o maior desafio enfrentado atualmente, bem como também consideram que questões com legislação, limitações técnicas e o alto índice de respostas positivas que consideram custos de manutenção e operação como impactos negativos ao uso dos drones (De Moraes *et al.*, 2024).

Desse grupo entrevistado 70,6% consideram que a capacitação dos policiais seja o fator principal que pode ser melhorado para ampliar a eficiência dos drones no suporte às operações. Investimento em tecnologia aparece na segunda posição, a ampliação do uso em outras



operações no terceiro nível seguido por parcerias com outras instituições de segurança. Dessa forma observa-se que os entrevistados têm a visão que a parte técnica é o que causa maior impacto na análise em questão, seja de forma positiva ou negativa. Mesmo com acesso à tecnologia e aos equipamentos, muitos policiais não se sentem seguros ou habilitados para operá-los, com sintonia as recomendações de Silva e Silva (2019).

O uso de drones nas operações tático-operacionais conforme as respostas dos entrevistados, em geral consideram que têm ocorrido impactos positivos como monitoramento em tempo real, redução de riscos aos agentes, apoio em investigações, gestão em grandes eventos e também combate ao tráfico e crimes ambientais. “O impacto é extremamente positivo visto que se trata de uma tecnologia que pode ser empregada em várias frentes e pode substituir em diversas situações” afirma um dos entrevistados. De uma forma geral as respostas são positivas quanto ao uso dos drones nas operações policiais, trazem aumento na eficiência, maior segurança e agilidade e os impactos são de alta relevância, pois, dá suporte às equipes e traz um olhar diferente no cenário das operações.

A análise das respostas indicou que a maioria dos operadores reconhece os drones como ferramenta fundamental no apoio às operações da ARI, destacando benefícios como a ampliação do monitoramento e a redução de riscos aos agentes. No entanto, foram apontadas limitações, como a necessidade de capacitação técnica e a carência de equipamentos adequados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo principal analisar o uso de drones pela Agência Regional de Inteligência (ARI) como apoio tático-operacional ao 1º CRPM de Goiás especificamente no ano de 2025. Baseado no levantamento de dados realizado, foi possível compreender as múltiplas opções de atuação do uso dessa tecnologia e os benefícios que pode trazer apesar dos desafios.

Diante da crescente importância da atuação da Polícia Militar de Goiás, os drones são ferramentas promissoras para atuar com maior eficiência nas operações policiais. A capacidade desses equipamentos para coletar dados, identificar problemas e otimizar as tarefas pode oferecer benefícios significativos. Os estudos evidenciam que estes equipamentos promovem inovações significativas e através da implantação desses recursos oferecem soluções para superar os desafios e limitações e estas são primordiais.

Ficou evidente que o uso de drones como apoio representa um avanço significativo e contribui para a modernização das operações da Polícia Militar, pois, proporciona maior



agilidade, menos risco e perdas, ampliação da capacidade de atuação e ainda acesso a áreas difíceis. Referente a legislação vigente mesmo que esteja em conformidade, essa regulamentação ainda enfrenta obstáculos relacionados ao equilíbrio entre a eficácia das operações e à privacidade dos cidadãos. Outro ponto que vale destacar é a limitação técnica como limitação do voo, autonomia e sensibilidade do equipamento, interferências e necessidade constante de capacitação.

Apesar dos desafios com a capacitação e padronização apontadas, os benefícios operacionais são reconhecidos pelos profissionais da segurança, o que sugere grande potencial de ampliação e expansão do uso dos drones, desde que sejam feitos planejamento, formação técnica, capacitação e regulamentação. Dentre os benefícios considera-se o monitoramento aéreo em tempo real, redução da exposição de policiais e causando menos riscos, auxílio em buscas e resgates, registro de provas técnicas visuais, apoio em eventos com grandes aglomerações, baixo custo-benefício operacional comparados com os já existentes.

Com base na aplicação de questionário direcionado a integrantes da corporação em questão, foi possível obter uma amostra significativa de percepções e experiências práticas, com resultados satisfatórios referentes aos avanços, limitações, desafios e necessidades no âmbito da segurança pública. Dessa forma baseados nas respostas dos entrevistados observa-se uma expressiva valorização do uso de drones nas operações policiais, mas também uma preocupação recorrente com a limitação técnica da corporação em termos de preparação e estrutura organizacional.

Como proposta prática, considerando o caráter aplicado desta pesquisa voltado à gestão em segurança pública, propõe-se a implantação de um Protocolo Operacional Padrão (POP) para o uso de drones pela Agência Regional de Inteligência (ARI), no âmbito do 1º Comando Regional da Polícia Militar de Goiás. Tal protocolo tem como objetivo padronizar procedimentos, ampliar a segurança jurídica e operacional das ações com drones, e promover a racionalização do uso dos recursos tecnológicos, contribuindo com a eficiência da atuação polícia.

O protocolo estabelece requisitos mínimos para os operadores de VANTs, como capacitação técnica específica e conformidade com a legislação vigente, e define etapas claras para o planejamento, execução e avaliação das missões com drones. Inclui ainda procedimentos padronizados para registro de voo, comunicação operacional, salvaguarda de dados obtidos e elaboração de relatórios pós-missão.

Portanto, conclui-se que, embora os drones foram altamente valorizados pelos profissionais da segurança pública, seu uso ainda carece de padronização, treinamento



adequado, investimentos financeiros e estrutura organizacional compatível com o nível de exigência que seu uso necessita.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL. (Brasil). **O que são drones?** 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/anac/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes>. Acesso em: 17/02/2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

DE FARIA, Rodrigo Ribeiro; COSTA, Marledo Egidio. **A inserção dos veículos aéreos não tripuláveis (drones) como tecnologia de monitoramento no combate ao dano ambiental**. Revista Ordem Pública, v. 8, n. 1, p. 81-103, 2015.

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO – DECEA. **Normas para voos de drones no Brasil**. Disponível em: <https://www2.fab.mil.br/cenipa/index.php/ultimas-noticias/871-decea-esclarece-normas-para-voos-de-drones-no-brasil>. Acesso em: 19/02/2025.

DE MORAES, Lucas Rodrigues et al. **Benefícios, desafios e legislações para utilização de drones na produção agrícola: uma revisão da literatura**. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 3, n. 3, 2024.

DOS PASSOS, Elysson Leonty; KOVALSKI, Jennifer Cristina. **A importância da utilização dos drones no âmbito da polícia militar do estado do Paraná**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. v. 10, n. 6, p. 4317-4332, 2024.

FANTINATO, Marcelo. **Métodos de pesquisa**. São Paulo: USP, 2015.

FERREIRA, Carolina Cutrupi et al. **A tecnologia a serviço da segurança pública: caso PMSC mobile**. Revista Direito GV, v. 16, p. e1947, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como classificar as pesquisas**. Como elaborar projetos de pesquisa, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002.

LEITE, Márcio José Souza. *Et al.* **Trajatória do uso de drones como ferramentas de monitoramento e combate à violência em segurança pública**. 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/trajetoria-do-uso-de-drones-como-ferramentas-de-monitoramento-e-combate-a-violencia-em-seguranca-publica/>. Acesso em: 19/02/2025.

LOPES, Inês Camarinha. **Drones, proteção de dados pessoais e direitos conexos**. Revista Electrónica de Direito. RED, v. 25, n. 2, p. 210-236, 2021.

MODELISMO BH. **Legislação de drones no Brasil: conheça os pontos mais importantes**. 2021. Disponível em: <https://www.modelismobh.com.br/blog/legislacao-de-drones-no-brasil-conheca-os-pontos-mais-importantes/>. Acesso em: 19/02/2025.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE GOIÁS. **Portaria Nº 0720/2017/SSPAP**. Dispõe sobre a Atividade de Inteligência da Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras



providências. 2017. Disponível em: <https://goias.gov.br/seguranca/wp-content/uploads/sites/56/2017/06/www.ssp.go.gov.br-portaria-no-0720-2017-sspap-n.pdf>. Acesso em: 11/03/2025.

SILVA, Rosane Leal da; SILVA, Fernanda dos Santos Rodrigues da. **Reconhecimento facial e segurança pública**: os perigos do uso da tecnologia no sistema penal seletivo brasileiro. In: Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade, Santa Maria, RS, Brasil. 2019.

SOUZA, Michel de; HENKES, Jairo Afonso. **O uso de drones pela polícia militar de Santa Catarina**: uma abordagem sobre as vantagens para a instituição e as limitações dentro do espaço aéreo próximo a aeroportos. Revista Brasileira de Aviação Civil: Ciências Aeronáuticas, v. 1, n. 3, p. 245–286, 2023. Disponível em: <https://rbac.cia.emnuvens.com.br/revista/article/view/50>. Acesso em: 17/02/2025.



APÊNDICE A – questionário aplicado

USO DE DRONES PELA AGENCIA REGIONAL DE INTELIGÊNCIA (ARI) PARA APOIO TÁTICO-OPERACIONAL AO 1º COMANDO REGIONAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS (1º CRPM), EM 2025

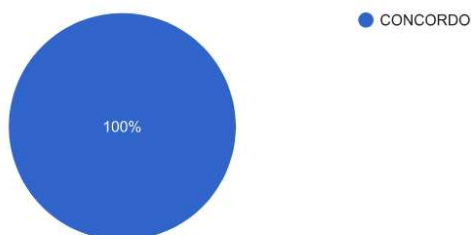
109 respostas

[Publicar análise](#)

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações).

Copiar

109 respostas



Seção sem título





Qual é a sua função dentro da Polícia Militar e sua relação com operações de inteligência e monitoramento?

109 respostas

Agente de inteligência

Agente de Inteligência

Analista

Agente de inteligência

Agente de Inteligência

CPI

Agente de inteligência, piloto e instrutor de drone policial.

Auxiliar de busca

Sou agente de operações de inteligência há 7 anos

Agente de campo

Atualmente, exerço a função de chefe da Agência Local de Inteligência do GIRO.

2º Sgt, sou agente de inteligência exercendo essa função a mais de 8 anos,

Chefe de Equipe

CBPM, lotado na Ali do 13º BPM

Atualmente no serviço de inteligência. Sou 1º Sgt. O drone e uma ferramenta que auxilia no desenvolvimento do serviço.

CPI CPC2

Agente de inteligência da BM2, auxiliar da coordenação do cpar-int

Minha função principal é dirigir e auxiliar o chefe da minha equipe. No âmbito das operações de inteligência, meu dever é auxiliar nas buscas e levantamento de dados negados.

Sou agente de campo atuo diretamente nas ações de busca

Agente de Intel

Agente de inteligência e piloto de drone voltando para atividade de inteligência

Subtenente, comandante de equipe de busca

Agente de inteligência, opero trabalhos de campo.

Agente de inteligência, agente de busca e analista.

Agente de Inteligência 1 CRPM/ Cpc2

agente de inteligencia





3°SGT PEDRO HENRIQUE, AGENTE DE INTELIGÊNCIA CPC2

2° SGT . Fiz parte do 5° CPARINT e atualmente opero drones na 5° Seção do Estado Maior Estratégico

CHEFE de Agencia Local de Inteligência, participo diretamente das operações de inteligência e monitoramento

Chefe de ALI

Agente de inteligência, 2° Sargento

Agente de inteligência e piloto de RPA formado no CPAR-Int

Atuo como Agente de Inteligência (Campo)

Agente de inteligência chefe de equipe

Analista

Atualmente trabalho no serviço de inteligência do batalhão de Terminal, onde buscamos identificar e auxiliar equipes ostensivas na abordagem e prisão principalmente de furtadores do eixo Anhanguera.

Comandante de equipe de inteligência

Chefe da Ali

Agente

Agente de inteligência, Trabalho diretamente com o Serviço de inteligência e monitoramento.

Aux da ARI - Agente de campo

Cabo - Analista de Inteligência

Analista de ALI

3° SGT PMGO, exercendo função de Agente de Inteligência com relação direta em operações de inteligência e monitoramento.

Chefe de Inteligência da ALI do 31° BPM/CPC.

Sou Sargento e agente de inteligência

Como Agente de Inteligência, tenho atuado na análise de informações e no monitoramento de indivíduos ou situações consideradas de interesse para a segurança pública, especialmente no contexto de Unidades Escolares.

Agente de inteligência de Campo

Agente de inteligência, operações

Agente de inteligência em exercício

Agente de Inteligência, total relação com operações de inteligência e monitoramento. Esse é o meu serviço desempenhado atualmente na ALI.

Serviço de inteligência

Cabo pmgo, Agente de inteligência/ Analista





Agente de Inteligência.

Agente de Inteligência - Analista de Inteligência

Agente de inteligência.

Adjunto trabalhei na inteligência

Trabalho como analista e agente de campo em agencia local de inteligência.

Agente de inteligência, boa relação.

Análise

CB,

2 Sargento, agente de Inteligência atuando na área

Agente de inteligência que opera em campo

Auxiliar de equipe (agente de operações de inteligência)

2º Sargento - agente de inteligência

Chefe da Agência Local de Inteligência do 9º BPM

Analista de inteligência

SGT, Agente de Inteligencia

Agente de inteligência.

Sou agente de inteligência, minha relação vei desde a coleta de dados em campo para o tratamento dessas em sistemas internos.

Cabo na PM. Sou agente de inteligência de campo

Agente de inteligência, atuação com drones.

Comandante de equipe, relação pq sou agente de inteligência e fazemos o uso.

1º Sargento da Agência Local de Inteligência do 38º BPM - Analista

Capitão Supervisão. Acompanhar operações e ocorrências críticas.

ANALISTA

2º Sgt agente de inteligência do comando de policiamento da capital

Agente inteligência . Agente de campo

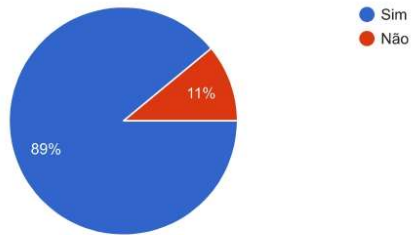
3º sgt pm agente de Inteligência cmt equipe de busca



Você já teve experiência direta ou indireta com o uso de drones em operações policiais

Copiar

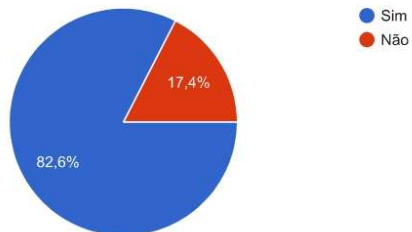
109 respostas



Você tem conhecimento da existência de legislação sobre aeronaves remotamente pilotadas (drones)?

Copiar

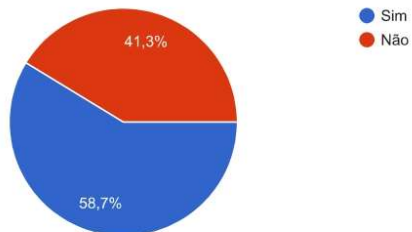
109 respostas



Você teria habilidade e segurança para operar o drone respeitando os limites trazidos pela legislação?

Copiar

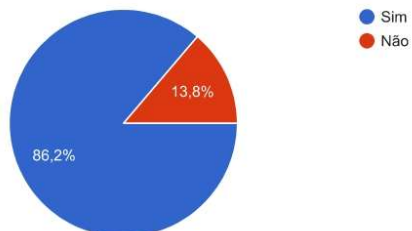
109 respostas



Você tem conhecimento de outras formas do uso de drone, além do utilizado pela segurança pública?

Copiar

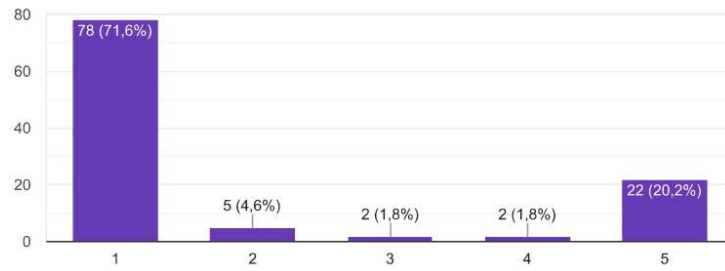
109 respostas



Como você avalia a eficácia do uso de drones no apoio às operações policiais?

[Copiar](#)

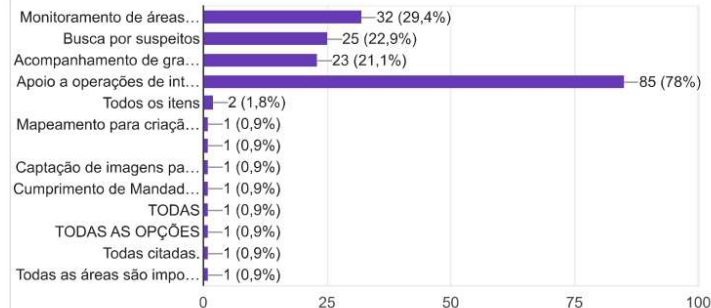
109 respostas



Em quais tipos de operações você considera que o uso de drones é mais vantajoso? (Marque todas as opções que se aplicam)

[Copiar](#)

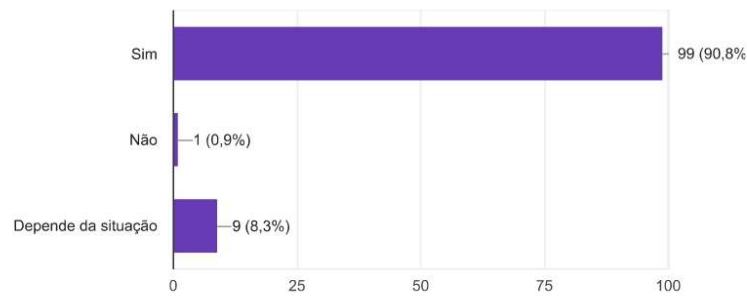
109 respostas

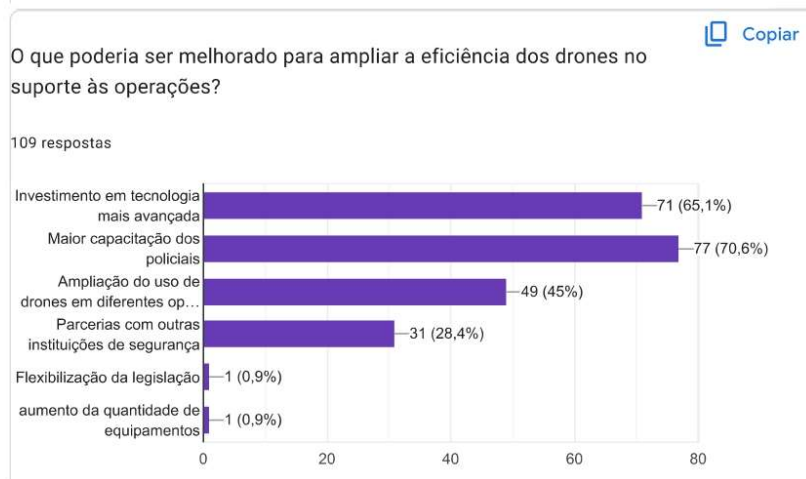
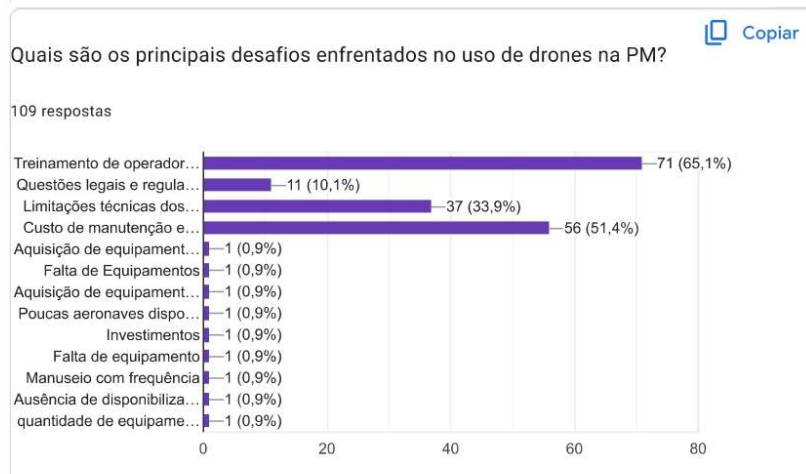
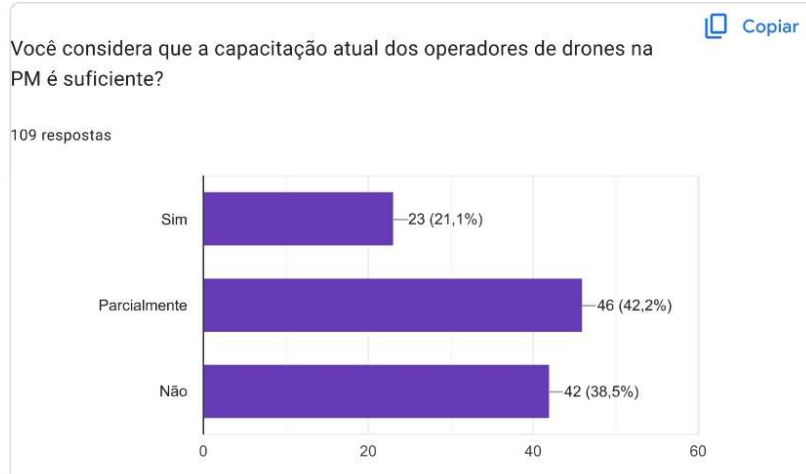


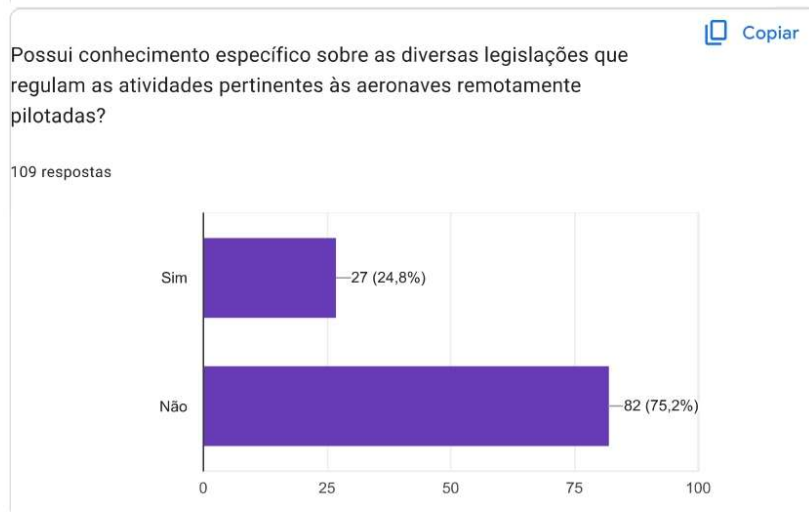
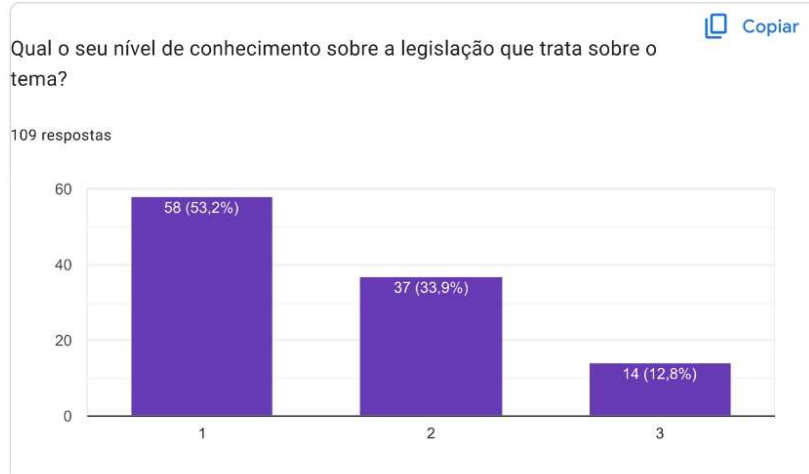
Você acredita que o uso de drones pode reduzir riscos para os policiais durante operações?

[Copiar](#)

109 respostas







Na sua opinião, quais são os impactos do uso de drones na segurança pública e no combate ao crime?

109 respostas

Eficaz

O uso de drones na segurança pública e no combate ao crime tem trazido uma série de impactos positivos, mas também levanta desafios importantes. Aqui estão os principais:

Impactos Positivos:

1. Monitoramento em tempo real:

- Drones permitem vigilância aérea rápida e eficiente, ajudando na observação de áreas extensas ou de difícil acesso (favelas, matas, regiões rurais, etc.).
- Facilitam a resposta rápida a ocorrências em andamento.

2. Redução de riscos para agentes:

- Evitam que policiais entrem diretamente em áreas perigosas durante operações, reduzindo o risco de confronto.

3. Apoio em investigações:

- Imagens de alta resolução ajudam na coleta de provas, reconhecimento de padrões de movimentação e identificação de suspeitos.

4. Gestão de grandes eventos:

- Melhor controle de multidões e identificação de situações suspeitas em tempo real.

5. Combate ao tráfico e ao crime ambiental:

- Monitoram rotas usadas por traficantes e identificam crimes como desmatamento ilegal ou mineração clandestina.

O uso de drone é o futuro, não só para segurança pública, mas, para todas as áreas profissionais.

A segurança pública usa pouco essa ferramenta. Acredito que mesmo assim, está no caminho certo formando pilotos.

De extrema importância na eficiência da operação e segurança das equipes, e de suma importância para atualizar em tempo real as condições do local da operação, e auxiliar o tomador de decisão a qual melhor estratégia tomar para o sucesso da missão.

O impacto é extremamente positivo visto que se trata de uma tecnologia que pode ser empregada em diversas frentes e pode substituir em diversas situações até mesmo o uso de aeronave que gera custo maior

Minimiza as possibilidades de erro

Facilidade no monitoramento geográfico, identificação de indivíduos suspeitos, vigilância em locais de difícil acesso, etc

A utilização de RPAs é de suma importância, haja vista que a utilização do equipamento não expõe o agente de inteligência ao risco iminente em realizar uma vigilância tão próximo ao alvo e ainda utilizado de forma correta a minimiza a exposição de uma operação.

Positiva

Na minha opinião é experiência própria o uso de drogas na segurança pública é essencial. Em determinadas ações diminui o risco dos policiais e de expor a operação. Da para explorar uma área de difícil acesso...

Segurança jurídica e física aos policiais, além de que é um equipamento que minimiza e restringe muito a atenção de outras pessoas em determinada operação policial

É uma peça fundamental para as operações de inteligência, bem utilizado trás ótimos frutos!

Fundamental nas operações de inteligência, câmeras térmicas, vigilância noturna, ambiente rural, buscas em ambientes de alto risco, vigilância de alvos sensíveis



Redução de tempo

Captura eficaz de foragidos, apreensão de drogas

O uso de drones na segurança pública melhora a vigilância, reduz riscos aos policiais, agiliza respostas a crimes, gera provas e tem ótimo custo-benefício. Também ajuda na fiscalização e controle de áreas.

Muito eficaz o uso de tal tecnologia, possibilita o agente de segurança enxergar além do seu campo de visão e amplia a segurança da operação.

Na minha opinião, o uso de drones na segurança pública e no combate ao crime tem um impacto bastante positivo. Eles permitem monitoramento em tempo real de áreas de risco, facilitam a vigilância de grandes eventos e auxiliam em operações policiais sem colocar agentes em perigo. Além disso, ajudam na coleta de provas e no acompanhamento de suspeitos com discrição e agilidade. No entanto, é importante garantir o uso responsável da tecnologia, respeitando os direitos individuais e a privacidade da população.

Na atualidade esse ferramenta ampara tanto a ação policial quanto na repressão dos crimes com o maior eficácia de acerto nas operações.

Mais segurança

É uma ferramenta a ser utilizada para auxiliar nas operações de inteligência, se tornando mais eficiente no que propõe monitoramento, reconhecimento e produção de conhecimento para os tomadores de decisão.

Mais uma excelente arma de combate ao crime, tendo em vista a evolução da tecnologia, que já é usada pelos bandidos, é necessário sempre a busca por meios que coibam o crime

O uso de drone no serviço de inteligência faz muita diferença no combate ao crime.

Aumento da eficiência operacional, redução de riscos para os PMs...

Menor exposição dos agentes e maior objetividade às operações

O uso de Drones impacta diretamente na redução da criminalidade. Isso subsidia as equipes operacionais a tomarem as melhores decisões.

Facilidade de monitoramento onde não se tem acesso,

Hoje é fundamental o uso de drones, uma tecnologia que poupa recursos humanos, viabiliza tempo dos operadores de inteligência, e proporciona maior embasamento para o operacional agir.

Muito eficaz

Ações policiais mais eficazes.

O uso de drones na segurança pública tem impactos essenciais, como vigilância em tempo real, redução de riscos para policiais, busca por fugitivos em área de mata e etc.

Custo alto de manutenção

significativamente positivo, principalmente na antecipação de riscos nas ações.

Maior Eficiência e eficácia nas operações

O uso desses equipamentos tem se mostrado de quando eficácia na atualidade. Basta observarmos os telejornais para observarmos o uso diverso desse tipo de equipamentos para monitorar e até mesmo realizar operações de guerra.



Fundamental para operações de inteligência

Aumento da eficiência Policial e maior segurança para os agentes de segurança pública

Resultados mais eficazes em operações sem expor os agentes de inteligência

Uma ferramenta altamente necessária para somar e evoluir a obtenção de resultados nas ações policiais!

Monitoramento eficiente: Vigilância aérea em tempo real, especialmente em áreas de difícil acesso.

Resposta rápida: Auxílio na prevenção e repressão mais ágil a atividades criminosas.

Redução de riscos: Diminui a exposição de agentes de segurança a situações perigosas.

Otimização de recursos: Tecnologia custo-efetiva para patrulhamento e investigações.

O uso de drones na segurança pública amplia a vigilância, reduz riscos operacionais, acelera respostas em situações críticas e melhora a coleta de informações e provas. Eles permitem monitoramento aéreo eficiente, especialmente em áreas de difícil acesso, e têm efeito dissuasório contra o crime. Contudo, exigem regulamentação adequada, investimento em tecnologia e capacitação dos operadores.

Impactos positivos contra o crime.

Relevantes, e de extrema necessidade para o desempenho em operações

Mais eficácia e segurança.

Melhor monitoramento das atividades sem expor os agentes

Assim como todas ferramentas chegará o dia que a criminalidade terá recursos para dificultar a utilização desta ferramenta, contudo no cenário atual é de grande importância para a atuação no serviço de inteligência.

Impacto positivo

Para a segurança pública muito positiva e menos desgaste ao policial, no combate ao crime muito efetivo.

Impactos positivos , é de extrema necessidade!

Agilidade e segurança

Segurança aos agentes

E de grande valia o uso de drone, pois podemos evitar surpresas durante a operação, como rotas de fuga e acompanhamento de alvo , é estrutura do teatro de Operações.

Impactos positivos, colocando as equipes um passo a frente dos criminosos

Traz maior segurança nas ações de inteligência

Ajudam para uma melhor posicionamento estratégico das equipes

Muito importante

Impacto bastante positivo devido a grande eficácia quando se utiliza drone em operações de inteligência.

Melhora nas diligências policiais

Serão benéficos, visto que utilizaremos ferramentas que poderão delimitar uma grande área territorial e com bastante precisão, sem a necessidade (ou pouca) necessidade de utilizarmos



material humano nas incursões de eventos críticos, sendo com isso cirúrgicos em nossas ações policiais.

Se a RPA é utilizada de forma correta e com segurança, trás segurança para as equipes, a vigilância fica mais eficiente, em casos de busca tem RPA com câmera termal que auxilia. Mas falta capacitação dos policiais, pois na PM não tem curso específico de pilotagem de RPA, tem apenas 2 dias de instrução dentro dos COIPM, que passa apenas noções. Único curso que vi na segurança pública de Goiás é pela SII e pelo CBM.

Os impactos são de altíssima relevância, pois apoia as equipes de uma perspectiva e olhar diferente no cenário de operações.

Impactos positivos. Os drones são essenciais nas operações policiais, cita-se nos casos de monitoramento, identificação, gravação, aumento do campo de visão e principalmente em áreas de difícil acesso. Cita-se como exemplo, um ponto específico de Goiânia-GO, onde após às 19h da noite ocorre grande movimentação do tráfico de drogas: Viela SC D com a B, Viela SC 18, todas no Parque Santa Cruz, onde quando as viaturas entram no setor, tem diversos olheiros que já avisam os traficantes, contudo, com a utilização do drone, seria possível identificar onde guardam os entorpecentes, onde pegam, local onde o traficante entra e outros detalhes essenciais para localizar a droga e o autor.

O uso de drones modernizam e tornam mais eficazes as ações de combate ao crime.

Minimização de erros em operações reais

Uma ferramenta importantíssima para minimizar erros, antecipar ações criminosas, auxiliar em operações, maximizar resultados positivos; assim sendo impacta salvando vidas seja de policiais seja do cidadãos, e melhorando os resultados contra a criminalidade.

Os drones podem fornecer uma visão aérea em tempo real, permitindo que as autoridades monitorem áreas amplas e identifiquem atividades suspeitas. Acessar áreas remotas ou de difícil acesso, tornando-os ideais para operações em regiões montanhosas ou florestais. Reduzir os riscos para os policiais e outros profissionais de segurança, permitindo que eles monitorem situações perigosas sem se expor. Fornecer evidência visual de alta qualidade, que pode ser usada em investigações e processos judiciais.

Monitorar fronteiras e prevenir a entrada ilegal de pessoas ou mercadorias.

Monitorar áreas suspeitas e identificar atividades relacionadas ao tráfico de drogas. Monitorar multidões e identificar situações de risco, permitindo que as autoridades tomem medidas preventivas. Podem ser usados em operações de busca e resgate, ajudando a localizar pessoas desaparecidas ou feridas.

Importante

Impactos positivos. Os drones são essenciais nas operações policiais, cita-se nos casos de monitoramento, identificação, gravação, aumento do campo de visão e principalmente em ÁREAS DE DIFÍCIL ACESSO devido a geografia do local. Cita-se como exemplo um ponto específico de Goiânia-GO, onde após às 18h30 da noite ocorre grande movimentação do tráfico de drogas: Viela SC-D com a B (só duas entradas pela SC9 e SC18), Viela SC-18 (essa só tem uma entrada pela SC18), Viela SC10-B (só uma entrada pela SC 10), todas no Parque Santa Cruz, onde quando as viaturas entram no setor, tem diversos olheiros que já avisam os traficantes, contudo, com a utilização do drone, seria possível identificar onde guardam os entorpecentes, onde pegam, local onde o traficante entra para fugir e outros detalhes essenciais para localizar a droga e o autor.

Será mais fácil na localização de infrator da lei e com mais segurança.

Importante o uso de drones no apoio a atividades de inteligência, investimento nos aparelhos e investimento em treinamentos para o manuseio correto.

Grande valia quando, tendo em vista que as vezes fica impossibilitado a visualização de alvos, veículos etc, que estão envolvidos na OPR, para que o agente não seja visto

Maior eficácia no monitoramento das operações de inteligência



Eficiente

Impacto positivos, coleta de dados, monitoramento e vigilância em locais de difícil acesso, também pode ajudar na avaliação de eventos para uma melhor atuação dos seus agentes. Impacto negativos, os riscos de falhas técnicas dos equipamentos e de seus operadores, também a população não tem muito costume de ver alguém pilotando então pode chamar muita atenção!

Mais eficiência, agilidade e segurança para os agentes.

Menos riscos e exposição aos policiais, maior campo de visão e exatidão nas operações

Auxilia de forma efetiva no combate ao crime e no reconhecimento de lugares em operações de risco.

O uso de drones na segurança pública ajuda a combater o crime de forma mais rápida, eficiente e com menos riscos para os policiais. Eles permitem vigiar grandes áreas, identificar suspeitos e reunir provas, tudo com um custo mais baixo. Porém, é importante ter cuidado com a privacidade das pessoas e garantir que sejam usados de forma correta.

Impactos são positivos, auxiliando no combate à criminalidade e prevenção da ordem pública.

Acho essencial o uso de drone pelas forças policiais.

É de grande validade no uso do serviço operacional de inteligência

Aumento da segurança do agente e a redução da possibilidade de erro na operação.

É muito importante para que as ações policiais sejam feitas de forma segura e legalista.

Quero fazer o curso

Impacto positivo, devido à facilidade de visualizar terrenos e identificar ameaças no terreno.

Hoje o uso de drone se tornou fundamental nas operações de inteligência e também em vigilância em grandes eventos.

Impactos eficazes e positivos.

Auxilia em atividades diversas como monitoramento, vigilância, acompanhamento, captação de vídeos e imagens

O uso de drones é fundamental para o sucesso das operações de inteligência, pois auxilia na identificação de criminosos e alvos, além de facilitar a prisão dos infratores da lei.

Impacta de forma positiva, pois reduz os riscos das operações.

Auxílio no planejamento de OPRs, proteção de agentes de inteligência em alguns tipos de observações/operações

Ajudaria no conhecimento da área no qual o agente de inteligência tem dificuldade de realizar o monitoramento, bem como na localização de produtos de crime, lugares inóspitos e hostil.

Positivo! desde monitoramento de alvos sensíveis a uma ação premeditada de um alvo em fuga. Dentre várias outras ações o uso do drone é peça fundamental na atividade de segurança pública.

Excepcional

Diminuiu o risco de erros, e exposição desnecessárias.





O uso de drone traz mais segurança, qualidade e resume de forma mais rápida dúvidas em ambientes.

Só tende a melhorar o serviço, devido o tipo de apoio que presta ao serviço policial.

Redução de custos na segurança e no combate ao crime, ferramenta excelente, de longo alcance, além de ir em pontos que a o policial não vai

Resultados positivos e mitigação de danos colaterais nas ações policiais.

Impactos positivos, tendo em vista que nos agentes de inteligência podemos, com o drone, visualizar alvos e veículos a longa distância.

Mais 8 respostas estão ocultas

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

Este formulário parece suspeito? [Relatório](#)

Google Formulários

